MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM: Solução Pragmática de Conflitos.

Vitor Ferreira Guimarães¹

José Ferreira Filho²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender o procedimento da Mediação³ e o instituto da Arbitragem⁴ como meios alternativos de solução dos conflitos dentro do prisma do Pragmatismo Jurídico.

O Pragmatismo Jurídico é caracterizado pelas conseqüências práticas nas soluções dos conflitos, as possibilidades de ação que ele imprime e a suas idéias claras residem na sua utilidade. Este pensamento jurídico assenta suas bases na corrente filosófica Pragmática tendo como centro a utilidade da filosofia, conforme Freitas (2007, p. 16), “a lição de Holmes, de que o direito é, sobretudo pura experiência e não lógica pura”

Os conflitos fazem parte da vivência humana. Os seres humanos ao buscarem satisfazer suas necessidades se agrupam e a vivencia em grupo produz interações entre eles, que se dão de pelos menos três maneiras distintas, a cooperação, a competição e o conflito.

Conforme afirma Bezerra (2001, p. 36):

Na sociedade, existem fatores de aproximação e de dissociação dos seus membros, em processo de interação social. Na verdade, os processos básicos de ponto de vista da distância social são os de aproximação (que podem ser cooperativos ou associativos) e os de afastamento ou de antagonismo (ou dissociativos). Os primeiros se

¹ Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Teófilo Otoni (1987) Mestre Em Educação pela Universidade São Francisco (1998). Atualmente é professor do Centro Universitário Ítalo Brasileiro - UNIITALO - em São paulo/SP.

² BACHAREL EM DIREITO pela FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS -FACISA (2005) - Itamaraju - Bahia. Especialista em DIREITO APLICADO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL pela FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FACISA (2008). Especialista em GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL pela UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB (2011). Mestrando em GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL pela FACULDADE VALE DO CRICARÉ - ES. Atualmente é Professor do Centro de Ensino Superior do Extremo Sul da Bahia - CESES - Itamaraju - Bahia.

³ Projeto de Lei nº 94/2002 que “*institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos*”.

⁴ Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

explicam pela semelhança e os segundos pelas dessemelhanças dos compostos sentimentos, e idéia e vontade (composto SIV), individuais ou grupais, socio-interagentes. São os segundos que geram os processos de conflitos ou de concorrências.

A cooperação se dá pelas várias formas de associação, visando a conquistar objetivos comuns, onde cada um se esforça para realizá-los. A ação cooperativa requer relações de respeito mútuo, igualdade de participação das partes envolvidas, tolerância e convivência com as diferenças e um processo de negociação permanente.

A cooperação se dá pela colaboração nas atividades e ações planejadas e coordenadas conjuntamente. A cooperação é vista por muitos como ideal da interação humana.

A competição é o oposto da cooperação, apesar da competição também se dá pela interação entre os indivíduos, porém, na ação competitiva os indivíduos estão num processo de disputa, onde cada um busca satisfazer seus interesse e desejos.

O terceiro tipo de interação é caracterizado pelo conflito que é a ruptura da interação humana, o estabelecimento do conflito estrangula a comunicação entre as partes envolvidas, é interessante entender que o conflito aparece nas ações cooperativas ou competitivas.

A existência do conflito é percebida quando aparecem atividades incompatíveis que podem ser oriundas de um indivíduo ou grupos de indivíduos, de uma coletividade ou até mesmo de uma nação. Nesta perspectiva, denominamos esses conflitos de interpessoais, intercoletivos ou internacionais.

Uma ação conflituosa prejudica a interação entre as partes envolvidas, obstruindo a comunicação entre elas.

Cooperando ou competindo, os seres humanos interagem, eles são incapazes de viverem isolados, são seres eminentemente sociais. Visando disciplinar esta relação humana, o convívio social, evitando que a conduta egoísta de um prejudique o interesse do outro, surge o Direito.

Bezerra, (2001, p.44) nos ensina que: “a finalidade primordial do direito é resolver os conflitos. Pacificá-los e pacificar a sociedade”

O Direito é um sistema de normas regulador das relações sociais, portanto, o Direito é essencial para a sociedade. Comumente afirmamos “onde está a

sociedade, ali está o direito”, o direito é uma das fontes importantes para solução dos conflitos, e esta solução se dá quando um indivíduo tem sua pretensão de direito violada, busca o Estado para exigir a proteção, quer o violador aceite ou não a imposição da lei.

O Estado, através do Poder Judiciário, tem por obrigação solucionar os conflitos visando a trazer de volta o equilíbrio entre as partes e garantia da paz social, esta ação estatal denomina-se de jurisdição. Mas para cumprir este papel deve-se utilizar e aplicar o direito justamente.

Ocorre que, a demora na solução dos conflitos pelo poder estatal produz incerteza quanto decisões, leva muitas vezes a falsa solução do conflito. A sociedade percebe que o Estado por si só não consegue promover a materialização da justiça que é um direito do cidadão.

Francisco Cláudio de Almeida Santos, citando José Carlos de Magalhães, em artigo publicado sob o título "Considerações Gerais sobre a Arbitragem e seu Reordenamento", escreveu que: Recorrer ao Poder Judiciário é provocar a ruptura nas relações entre as partes, enquanto a arbitragem representa uma harmonização dos interesses em jogo (Atualidades Nacionais, Repro 85, jan/março-97)

Diante desta realidade e sob a as bases do pragmatismo jurídico, visando buscar solução dos conflitos com maior celeridade, a sociedade vem cada vez mais utilizando os meios alternativos de pacificação social, como a mediação e arbitragem, sendo este acolhido pela Lei nº 9.307/96, a qual já era previsto no ordenamento de 1817.

2 O PRAGMATISMO JURÍDICO

O Pragmatismo surge na Universidade de Harvard nos EUA, no final do século XIX e início do século XX. Devem-se ressaltar para sua compreensão os seus três autores clássicos: Charles Peirce, William James e John Dewey.

Para Peirce o Pragmatismo aproxima-se do empirismo, pois ambos detém seu foco na experiência, ele fundamenta que o Pragmatismo é “um método de tornar claras as idéias, relacionando-as com seus efeitos” (FREITAS, 2007).

Segundo Abbagnano *apud* FARIAS, (2003, p. 85):

O pragmatismo é a forma que foi assumida, na filosofia contemporânea, pela tradição clássica do empirismo inglês”. Para

Locke, como para Hume, pode-se considerar válido qualquer produto da atividade humana, desde que seja possível encontrar na experiência os elementos de que resulta e desde que esses sejam relacionados entre si do mesmo modo que na experiência.

William James e John Dewey influenciados por Peirce e com base na leitura da obra de VIEHWEG e na de Aristóteles, apontam cinco passos a que operador jurídico pragmático deve seguir para elaborar, convencer e comunicar-se com a sua platéia (FARIAS, 2003, p: 45):

- 1º passo: a determinação do problema, ou seja, a identificação e delimitação do caso com todas as suas circunstâncias;
- 2º passo: o inventário dos tópicos pertinentes ao caso;
- 3º passo: a seleção dos tópicos pró e contra, agrupando-os segundo as soluções possíveis para o caso;
- 4º passo: a montagem da argumentação, exaltando os tópicos pró e desqualificando (refutando ou omitindo) os tópicos contra em relação à solução eleita pelo intérprete;
- 5º passo: a síntese da conclusão julgada justa.

Para os pragmáticos, o conhecimento é concebido como essencialmente modificador da realidade, portanto, a construção da verdade deve corresponder à construção da própria realidade. Conhecimento e ação se convertem em termos equivalentes. O eixo central da teoria pragmática é a ênfase na utilidade “prática” da filosofia.

Segundo Lima (2007, p: 83):

O pragmatismo é, antes de tudo, um método, do qual decorre uma teoria da verdade. Apesar de constituir um movimento aberto e antidogmático, e ainda que seus teóricos não tenham elaborado um sistema completo, há traços gerais comuns entre seus defensores.

A solução dos conflitos se dá com maior celeridade com o uso do pragmatismo, mesmo assim, não pode ser considerada uma mera teoria do direito, mas sim, uma teoria sobre como usar a teoria. Por isso, pensar pragmaticamente o direito exige compreendê-lo sob a ótica das relações humanas.

De acordo com Pogrebinschi (2007, p: 53).

São três as características fundamentais que definem o pragmatismo jurídico, quais sejam: contextualismo, consequencialismo e anti-fundacionalismo. O contextualismo implica que toda e qualquer proposição seja julgada a partir de sua conformidade com as necessidades humanas e sociais. O consequencialismo, por sua vez, requer que toda e qualquer proposição seja testada por meio da antecipação de suas conseqüências e resultados possíveis. E, por fim, o anti-fundacionalismo consiste na rejeição de quaisquer espécies de entidades metafísicas, conceitos abstratos, categorias apriorísticas, princípios perpétuos, instâncias últimas, entes transcendentais e dogmas, entre outros tipos de fundações possíveis ao pensamento. No Pragmatismo Jurídico, os juízes são criadores de direito, baseado neste corrente de pensamento o julgador não é um mero interprete, podendo embasar sua decisão em fontes não jurídicas, as fontes autoritativas são apenas fonte de informação assim como outra qualquer. Portanto avaliam via um método comparativo-consequencialista diversas hipótese de solução de caso concreto tendo em vista as suas conseqüências.

No poder de decidir, o operador do direito deve estar sempre preocupado com os resultados que irão produzir, por esta razão Pogrebinschi (2007, p: 41) afirma que:

De todas as possibilidades de decisão, o pragmatista tentará supor conseqüências, e do confronto destas, escolherá a que lhe parecer melhor. E a melhor decisão, para o pragmatista, é aquela que melhor corresponder às necessidades humanas e sociais. Um juiz pragmatista é um juiz preocupado em intervir na realidade social – criando, com suas decisões, verdadeiras políticas públicas. Ele não se encontra fechado dentro do sistema jurídico: a concepção pragmatista do direito implica que se adotem recursos não-jurídicos em sua aplicação, e que se recebam, constantemente, contribuições de outras disciplinas em sua elaboração. Além das tradicionais fontes do direito, autoritativas ou não, os juízes pragmatistas ao formarem suas decisões se valem também, por exemplo, de considerações de ordem ética e política.

O Pragmatismo Jurídico comprometido com as necessidades humanas e sociais, não possui compromisso com os imperativos da segurança ou certeza jurídica. A corrente do Pragmatismo Jurídico quer que as normas jurídicas sirvam a estas necessidades, adequando ao direito práticas da comunidade extra-jurídica. O pragmatismo preocupa em obter resultado socialmente desejável e não com a lógica do sistema jurídico.

Com esta análise conclui-se que o pragmatismo jurídico tem uma preocupação com o futuro e com as conseqüências que a sua decisão pode

acarretar. A solução dos conflitos pelo processo de Mediação e Arbitragem vem colocar em prática esta corrente de pensamento.

3 MEDIAÇÃO

A Mediação é o meio extrajudicial pelo qual busca solucionar um conflito estabelecido entre dois ou mais indivíduos, numa coletividade ou mesmo entre nação; A instalação da Mediação, deve se observar a presença dos seguintes aspectos: a pretensão, a resistência à pretensão e o mediador, ao qual cabe utilizando os recursos e critérios justos e adequados ao caso, solucionar o conflito.

O mediador é um terceiro, escolhido voluntariamente pelas partes, portanto podemos afirmar que este, é de total confiança delas, é imparcial, que atua como facilitador na solução do conflito. Conforme Bezerra, (2001,p. 79-80)

[...] na mediação, ao contrário dos demais mecanismo, o papel do interventor não é revestido somente de imparcialidade e sim, avançando, porta-se com neutralidade. Imparcial é quem se envolve no conflito , decidindo e fazendo substituir a vontade dos querelantes, pela sua (decisão que prevalecerá). Neutro, em sentido amplo, é quem, diante de um conflito em andamento, adota uma atitude de não participação e de eqüidistância com relação partes em luta.

O papel do mediador através da análise do conflito, conduz as partes a decidirem sobre a opção de solução do conflito, para isto, utiliza de habilidades e técnicas da arte de mediar, buscando estabelecer entre as partes a comunicação ora estrangulada pelo conflito.

A Mediação tem como conseqüência a maior responsabilidade das partes em conflito pelo futuro, sendo o acordo o fim que se deseja na mediação. Com este procedimento as partes com muito maior rapidez solucionam o conflito, pois, segundo Bezerra, (2001, p. 82):

[...] O sistema judiciário está saturado e todas as pesquisas mostram que os cidadãos raramente se satisfazem com sua prestação, principalmente quanto aos atrasos na outorga e os percalços da fase de execução. A mediação é alternativa eficiente de aliviá-lo nessa sobrecarga.

Utilizam a Mediação para solucionar conflitos de natureza diversa, nos conflitos familiares, contratuais, conflitos de vizinhanças, conflito trabalhista, etc.

Para que a Mediação surta os efeitos necessários deve-se preencher as seguintes características: - **Voluntariedade**, isto significa que as partes ajam livremente, sem sofrer nenhuma imposição ou influência para tomada de decisão, nem mesmo existe uma obrigação legal para adesão ou não ao processo de mediação; - **Confidencialidade**, esta é outra característica da Mediação, alcançando a todos os participantes do processo de mediação daquele conflito; - **Não adversarial**, enquanto que na justiça estatal leva as partes tornarem adversário entre si, na mediação mesmo as partes em disputa não são adversários; e - **Mais econômica** – não só monetariamente mas uma grande economia de tempo.

Na maioria das vezes, além de solução dos conflitos, o mediador restabelece a harmonia entre os mediados, pois todo o trabalho de mediação se dá pelo processo de comunicação entre as partes. Quando ocorre a não solução por este procedimento de mediação, as partes delegam ao Juízo Arbitral para apresentar a solução do conflito, dando início à instauração da Arbitragem.

4 ARBITRAGEM

O Instituto da Arbitragem perpassa por toda evolução humana, como também a evolução do direito. É um dos mais antigos que se consta na história do direito, neste entendimento pode afirmar que a Arbitragem antecedeu os juízes e tribunais estatais.

Porém, ao estudar o Direito romano percebe-se a sua evolução em três fases distintas, de acordo com Santos (2007, p: 03):

1ª - Arbitragem facultativa, em que a participação do Estado era diminuta, pois os conflitantes compareciam perante a autoridade (Pretor), e se comprometiam, através de um pacto (LITISCONTESTATIO), a se submeter à decisão do árbitro [...], o qual era escolhido de comum acordo [...];

2ª - Arbitragem obrigatória, em que a atividade do Estado já se ampliou, pois o Pretor passou a escolher o árbitro que decidiria o litígio, aparecendo normas que deveriam ser observadas por ele no julgamento do conflito [...];

3ª - Fase da Justiça Pública – Até o século III d.C., a justiça foi privada, por o conflito era decidido pelo árbitro, inicialmente escolhido pelos litigantes, e depois nomeado pelo Pretor; a partir daquele século, no entanto, o Pretor passou a julgar pessoalmente as lides, datando de então o início da justiça pública.

O estado romano, progressivamente vai se tornando mais publico, tomando a feição de um estado ditatorial e absoluto, criando uma nova forma de relação, onde a concentração de poder é a regra. Estado este que perdura até o fim do império; neste novo estado a solução do litígio passa a ser exclusivamente do estado. Nascendo, assim, o chamado juiz estatal.

Com este entendimento histórico podemos concluir que a arbitragem de fato antecedeu a jurisdição estatal. Apesar de o Estado ter surgido no fim da Idade Média, o Poder Publico começa a ter força suficiente desde antiguidade.

Mesmo com a decadência da arbitragem devido à forte técnica de composição do conflito puramente estatal sobre o Direito europeu-continental afirma Teixeira (1999, p. 25-26):

[...] mas subsistiu como técnica, em razoável uso, paralelamente á negociação e à mediação, no âmbito do common law, o direito anglo-americano – marcado por profunda influência liberal, fincada no empirismo de Francis Bacon e de jurista do porte de Blackstone, Madison, Holmes Cardozo, aos quais jamais seria infensa a utilização de válida forma de solução de litígios, como o arbitramento.

Na idade média constatamos reiteradas práticas de arbitragem tanto pela Igreja como pelos senhores feudais. Conforme Soares (1997 apud MARCO, 2005, p.13):

À partir do século XII, a Idade Média está repleta de casos de arbitragem, entre os cavaleiros, entre os barões, entre proprietários feudais, e entre soberanos distintos, além de ter surgido nesta mesma época a arbitragem comercial, à medida que os comerciante preferiam que seus conflitos fossem dirimidos por árbitros que eles indicassem, portanto mais rápidos e eficientes em relação aos tribunais oficiais.

No Brasil, a utilização da arbitragem na solução dos conflitos internos e externos tem uma longa tradição, várias controvérsias territoriais, questões patrimoniais e outras questões foram solucionadas sob o crivo da arbitragem.

A arbitragem já esteve presente obrigatoriamente na nossa codificação desde 1850, no Código Comercial; porém sua consolidação se deu com a Lei nº 9.307, de 23.09.1996.

Esta Lei de arbitragem define sua aplicabilidade nos litígios que envolvem direitos patrimoniais disponíveis, qualquer pessoa com capacidade de contratar,

poderá buscar solução dos conflitos que porventura surgirem através da arbitragem. Na lei de arbitragem não atinge questões ligadas ao Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Administrativo.

O processo se inicia quando as partes interessadas submetem o conflito ao juiz arbitral através da cláusula compromissória ou compromisso arbitral a solução do conflito. Na arbitragem, as partes podem definir as regras que serão aplicadas na solução do mesmo.

Segundo Bezerra, (2001, p.66):

As características da arbitragem são: a) a existência de um a lide entre duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas de direito publico ou privado; b) são os litigantes que indicam o (s) terceiro (s) alheio (s) à lide, para solução da questão e este (s) observa (m) as normas processuais estabelecidas com compromisso arbitral ou na legislação aplicável; c) o caráter vinculante do laudo arbitral para as partes, gerando obrigatoriedade para estas, tendo executoriedade nos tribunais estatais.

A procura de solução dos conflitos pelo procedimento arbitral vem aumentando gradativamente, porém, segundo Lemes (2004)⁵ a sua consolidação depende de:

[...] quatro fatores que contribuiriam para a correta e eficaz consolidação....que sustentam e concederão perenidade à arbitragem: São eles:

1. A Segurança Jurídica.
2. A Difusão Cultural.
3. A Conscientização dos Advogados.
4. A Manutenção de Regras Flexíveis.

O Processo Arbitral traz inúmeras vantagens se comparado ao Processo Judicial tradicional, tais como:

- possibilita maior entendimento e acompanhamento do processo pelas partes envolvidas devido sua maior simplicidade;
- os resultados, ou seja, a solução do conflito se dá com maior rapidez, mesmo as questões mais complexas são resolvidas em 180 dias;
- torna-se um processo mais barato, pois dispensa custas processuais e não há necessidade de advogados;

⁵ Palestra inaugural proferida no Seminário “8 Anos da Lei nº 9.307/96 – O Cenário Atual da Arbitragem no Brasil”, promovido pelo Centro de Arbitragem da Câmara Americana – AMCHAM em 24.05.2004, São Paulo.

- produz uma decisão com qualidade e maior justiça, pois na composição do litígio as partes tomam conhecimento dos argumentos técnicos que o envolve e cada uma das partes neste processo toma consciência de sua culpa;

- O processo arbitral corre em completo sigilo;

- a sentença proferida num processo arbitral tem a mesma força da decisão Judicial, não cabendo recurso.

Para melhor compreensão das vantagens do uso da arbitragem na solução dos conflitos vejamos quadro 1 a seguir (AMARAL 2007):

Quadro 1. Comparativo Arbitragem vs. Poder Judiciário

	Arbitragem	Poder Judiciário
Questões possíveis de apreciação	Direitos disponíveis (dos quais as partes podem abrir mão voluntariamente), entre particulares	Todos e quaisquer direitos entre particulares ou envolvendo o Poder Público
Previsão Contratual	É imprescindível a previsão da arbitragem em contrato (em cláusula compromissória ou documento escrito a parte)	Não há necessidade de qualquer previsão contratual para recurso aos tribunais (Inc. XXXV do art. 5º da CF)
Início do procedimento	Conforme acordo prévio ou por meio de comunicação (com comprovação do recebimento) emitido pela parte interessada	Ingresso com medidas judiciais competentes e citação da parte requerida
Compromisso Arbitral	Necessariamente deve ser firmado pelas partes antes do início da arbitragem. Caso a parte requerida não compareça, pode ser promovido o compromisso arbitral no âmbito do Poder Judiciário	A citação do juiz é essencial para início do processo judicial (pode ser feita por oficial de justiça, correspondência ou edital)
Órgão Julgador	Um árbitro ou mais (tribunal arbitral), sempre número ímpar	Órgãos do Poder Judiciário (singular ou colegiado)

Revelia	A arbitragem pode ser iniciada e prosseguir até o final, mesmo com a revelia de uma das partes	Não impede o ajuizamento e prosseguimento da ação judicial
Crêterios para Decisão	A arbitragem pode se dar por direito ou eqüidade, a critério das partes. (A utiliza�o da eqüidade, princípios gerais de direito, usos e costumes e regras internacionais de comércio deve ser expressamente autorizada pelas partes, sempre sem viola�o dos bons costumes e à ordem pública)	A lei é o objeto e o limite da atividade do Poder Judiciário. A eqüidade ou é vedada ou excepcionalmente utilizada quando a lei expressamente o permitir. O juiz deverá atender aos fins sociais das leis e às exigências do bem comum. Somente quando a lei for omissa o juiz decidirá com base na analogia, nos usos e costumes ou nos princípios gerais de direito
Prazos	6 (seis) meses ou conforme acordado pelas partes	Não há prazos previstos para encerramento do processo judicial
Eficácia e Coatividade da Sentença/Coisa Julgada	A sentença arbitral é proferida em única instância, e não está submetida a recurso, quanto ao mérito, ao Poder Judiciário e constitui título executivo	A sentença � título executivo, mas somente faz coisa julgada com a decisão do último recurso ajuizado pela parte interessada
Sentença Estrangeira	é reconhecida no Brasil, devendo ser homologada pelo STF, desde que a matéria seja passível de arbitragem e não viole a ordem pública nacional	é reconhecida no Brasil, desde que não viole a ordem pública, a soberania nacional e os bons costumes, e deve ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal
Execu�o da Sentença	Pelo Poder Judiciário	Pelo Poder Judiciário

Custas do Procedimento	Suportadas pelas partes, inclusive os honorários dos árbitros (não há obrigatoriedade de contratação de advogados)	Tabela de custas processuais mais honorários dos advogados e ônus da sucumbência (há, em geral, necessidade de contratação de advogados)
Recurso da Decisão	Ao Poder Judiciário, no caso de se pleitear a nulidade da sentença arbitral, por infringir requisitos formais ou procedimentais da lei de arbitragem ou do compromisso arbitral (não quanto ao mérito)	As decisões (aspectos formais e de mérito) são submetidas ordinariamente a duplo grau de jurisdição, podendo haver recurso a tribunais superiores (STJ, TST etc.) e ao STF

5 CONCLUSÃO

Na sociedade brasileira, tem-se aumentado bastante a procura da mediação e arbitragem para solucionar os conflitos. Por outro lado, conforme (SANTOS, 2007, p: 03)

[...] apesar dos obstáculos, a experiência da arbitragem parece que começa a ganhar força no Brasil, com o surgimento de novas câmaras arbitrais que passam a oferecer seus serviços especializados aos interessados, com a promulgação de diversos tratados internacionais que dispõem sobre a matéria, com o surgimento de novos cursos e seminários que passam a ser uma constante no mundo jurídico, e com a nova preocupação das faculdades de direito em preparar os futuros profissionais para operar com esse renovado instrumento de solução de litígios.

Com o advento da Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, o Estado definitivamente permitiu que as pessoas adotassem meios alternativos para solução dos litígios. Estes meios alternativos não trouxeram somente vantagens para o os litigantes, mas, também para o próprio Estado, conforme (SANTOS, 2007, p: 04): “para o Estado, um aumento no número de casos resolvidos pelo juízo arbitral

implicara no desafogamento da máquina judiciária, a qual, como sabemos, está longe de funcionar a contento”.

A Arbitragem tem demonstrado ser um método eficiente na solução dos conflitos, não só pela sua celeridade, simplicidade ou confiabilidade; mas, também pela capacidade técnica dos árbitros. Porém, isso não vai desacreditar o judiciário que tem sua importância, força e presença na manutenção da ordem e da lei.

Podemos enumerar muitas diferenças entre o procedimento arbitral e o judicial, mas, o que é mais marcante é a autonomia da vontade, pois é através desta que as partes pactuam-se na busca de solução do conflito, o artigo 1º da Lei da Arbitragem (Lei nº 9307/96), que afirma que “as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios...”.

Na Arbitragem, partes indicam de comum acordo um ou mais árbitros que conduzirão o processo, enquanto que no Poder Judiciário a decisão será proferida por um juiz togado, os árbitros indicados pelas partes terão poderes expressos para proferir sentença arbitral.

Não é necessário ser o árbitro ser uma pessoa ligada ao Direito, podendo ser pessoa com qualificação para exercer a atividade de árbitro.

No processo arbitral, as partes em litígio, podem estipular o prazo para que seja proferida a sentença arbitral, no silêncio, o prazo não pode ultrapassar seis meses. Da decisão arbitral não cabe recurso, pois ela representa a vontade das partes.

Finalmente, a Arbitragem aproxima as partes, na busca da composição do conflito, enquanto que a sentença judicial em regra geral afasta as partes, a sentença arbitral busca pacificar o conflito do que meramente decidir.

A mediação e arbitragem ganham mais espaço no âmbito do direito interno e no direito internacional.

REFERÊNCIAS

AMARAI, Antonio Carlos Rodrigues do. **A Arbitragem no Brasil e no Âmbito do Comércio Internacional**. <http://www.hottopos.com/harvard4/ton.htm>, 28/12/2007

Atualidades Nacionais. Repro 85, jan/março-97

BEZERRA, Paulo Cesar Santos. **Acesso à Justiça: Um problema ético-social no plano da realização do direito**. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2001

EISENBER, José. **Para que serve o pragmatismo Jurídico?**
<http://cedes.iuperj.br/PDF/paginateoria/Para%20que%20serve%20o%20pragmatismo%20jur%EDdico.pdf>, 12/12/2007

FARIAS, Marcia Ferreira Cunha. **A norma no pragmatismo jurídico e a lógica do razoável** Um paralelo da filosofia jurídica de Oliver Wendell Holmes e de Luis Recaséns Siches, *Revista de Informação Legislativa, Brasília a. 40 n. 158, p.71/96 abr./jun. 2003.*

FREITAS, Lorena de Melo. **Um Diálogo entre Pragmatismo e Direito: Contribuições do Pragmatismo para Discussão da Ideologia na Magistratura,**
http://www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/cognitio_estudo/congnitio_estudos.htm, 12/12/2007.

GARCEZ, José Maria Rossani (org.). **A Arbitragem na Era da Globalização, 2ª Edição.** São Paulo, Editora Forense, 1999.

LEMES, Selma Ferreira. **Oito Anos da Lei de Arbitragem. Estudos em Arbitragem, Mediação e Negociação.** Universidade de Brasília, Faculdade de Direito. 2004.

LIMA, Henrique <http://pt.shvoong.com/authors/henrique-de-lima/> 12/12/2007

MARCO, Carla Fernanda de. **Arbitragem Internacional no Brasil.** São Paulo: RCS Editora Ltda, 2005

POGREBINSCHI, *Thamy*. **O que é o Pragmatismo Jurídico?** [Disponível em : http://www.cedes.iuperj.br/PDF/paginateoria/pragmatismo.pdf](http://www.cedes.iuperj.br/PDF/paginateoria/pragmatismo.pdf). [Acesso em:](#) 12/12/2007

SANTOS, Paulo Antônio dos. *Considerações sobre a arbitragem.* **Boletim Jurídico,** Uberaba/MG, a. 5, nº 204. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1644>> em: 28 Dez., 2007.